

ESTADOS FALIDOS

Manifesto servirá para pressionar Senado

Cansados de negociar com os técnicos do governo federal, pelo menos 19 governadores vão divulgar documento para pedir a aprovação de projeto que favorece Estados

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — Pelo menos 19 dos 27 governadores devem divulgar, até o final da semana, um manifesto sobre a consolidação e renegociação da dívida dos Estados e do Distrito Federal. O manifesto é o primeiro passo de uma pressão, sobre o Senado, para que seja aprovado projeto de lei do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), favorável aos Estados. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu ontem, do governador Tasso Jereissati, um relato sobre a reunião dos 19, ocorrida em São Paulo na segunda-feira. Fernando Henrique estava preocupado com a possibilidade de os governadores romperem com o governo federal.

“Não há um sentido de rompimento com o presidente nem com a área econômica”, disse o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. “Mas estamos decididos a trabalhar, no Senado, para remover os impedimentos legislativos que os técnicos sempre apresentam para negar o que os Estados pedem”. Buarque está encarregado de redigir, até o final do dia, o texto final do manifesto, junto com Antônio Britto (RS) e Diivaldo Suaragy (AL).

Unanimidade — Na reunião no Palácio Bandeirantes houve praticamente uma unanimidade na crítica ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e aos técnicos encarregados de monitorar os acordos de rolagem de dívida em rigor. Marcello Alencar (RJ) e Paulo Affonso (SC) condicionaram seu apoio ao manifesto: só assinam se ficar excluída a hipótese de novas negociações em nível técnico.

Francisco Mão Santa (PI) foi o mais incisivo nas críticas. Contou que um técnico da Fazenda passou 11 dias no Piauí e saiu recomendando a demissão de 36 mil funcionários como única solução para o Piauí. “Como é que eu vou demitir o funcionalismo estadual inteiro?”, indignou-se o governador, segundo um dos presentes. Faltaram ao encontro apenas os governadores de Mato

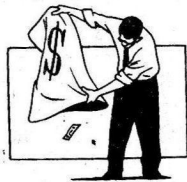
Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Acre, Roraima e Pará.

O grupo decidiu concentrar a ação política no Senado e no Planalto. No Senado, reforçando a votação do projeto Lucena, que trata do refinanciamento das dívidas dos Estados em condições mais vantajosas. No

Planalto, tratando diretamente com o presidente Fernando Henrique, quem convencê-lo de que todos estão fazendo sacrifícios para conter o déficit e quase todos já chegaram ao limite dos cortes sem chegar ao equilíbrio das contas.

“É uma ação direta e legítima, em favor do País”, disse Buarque. A reunião de São Paulo, suprapartidária, consolidou o que alguns governadores chamam de “solidariedade mútua”, com troca de informações e uma ação unificada. “Somos do Partido da Receita e nosso adversário são os gastos e os juros da dívida”, resumiu Amazonino Mendes (AM).

dou o que alguns governadores chamam de “solidariedade mútua”, com troca de informações e uma ação unificada. “Somos do Partido da Receita e nosso adversário são os gastos e os juros da dívida”, resumiu Amazonino Mendes (AM).



PEDRO
PARENTE É
ALVO DE
CRÍTICAS

CONTAS A PAGAR

Quanto os governos estaduais devem aos bancos — em R\$ milhões*

ESTADO

Acre	405
Alagoas	670
Amapá	62
Amazonas	1.098
Bahia	2.809
Ceará	1.186
Distrito Federal	625
Espírito Santo	581
Goiás	3.797
Maranhão	2.165
Mato Grosso	2.137
Mato Grosso do Sul	1.688
Minas Gerais	2.506
Pará	843
Paraíba	1.090
Paraná	1.178
Pernambuco	1.271
Piauí	924
Rio Grande do Norte	704
Rio Grande do Sul	1.432
Rio Janeiro	2.202
Rondônia	—
Santa Catarina	1.597
São Paulo	15.155
Sergipe	426
Tocantins	104
TOTAL	46.655

Fonte: Banco Central

* Inclui dívidas de bancos e empresas estaduais, mas não inclui operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)

Articulação